

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Vilma Aparecida Bianchi¹
Rita Melissa Lepre²
Adriana Silveira Campanharo³

RESUMO

O autista não deve ser compreendido como alguém que não consegue aprender, mas sim, como uma pessoa que tem formas diferentes para alcançar este aprendizado. Dentre as características do transtorno, pode-se citar: os prejuízos nas interações sociais, deficiências na comunicação verbal e não-verbal e a limitação das atividades e dos interesses. O objetivo do presente trabalho é compreender como a inclusão escolar de uma criança autista pode auxiliá-la para um convívio social sem discriminações. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma revisão de literatura. Foram utilizados artigos científicos encontrados em bancos de dados como: *SciELO*, ERIC, Educ@ e Periódicos Portal Capes. Foram selecionados os trabalhos científicos apropriados ao tema, disponibilizados na língua portuguesa entre os anos de 2002 a 2022. Incluir não é só depositar a criança em uma sala de aula comum, é encontrar meios para que essa criança aprenda, se integre, se socialize. A inclusão da criança autista deve estar muito além da sua presença na sala de aula, deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. A inclusão de crianças autistas em classes regulares não pode ser sinônimo de matrícula. Faz-se mister que as políticas públicas busquem como primeiro passo dar prioridade a formação adequada e continuada para os professores. Sem esta ação, nenhuma intervenção pedagógica se fará possível.

Palavras-chave: Autismo. Criança. Inclusão Escolar. TEA.

INTRODUÇÃO

O diagnóstico médico de que seu filho é uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) provoca um misto de sensações, desde a preocupação inicial até o sentimento de

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Campus de Assis. E-mail: vilma.bianchi@unesp.br;

² Psicóloga. Mestre e Doutora em Educação e Livre Docente em Psicologia da Educação. E-mail: melissa.lepre@unesp.br.

³ Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Campus de Assis. E-mail: adrianasilveiracampanharo@gmail.com

culpa. As dúvidas sobre como será a inclusão social em níveis educacionais e profissionais e os questionamentos sobre a própria responsabilidade pela condição do filho são os dois vieses que aparecem com maior frequência nessas famílias, já que os pais ou responsáveis são os guias que irão transmitir segurança à criança (GÓMEZ; TERÁN, 2014).

A criança depende dos familiares, enquanto membros sociais mais competentes e provedores de cuidados básicos necessários à satisfação de suas necessidades, exercendo uma enorme influência no desenvolvimento e crescimento dessa criança (MACEDO, 2002; CUNHA, 2012).

Entre os muitos desafios enfrentados pelas famílias para garantir às crianças com o transtorno uma melhor qualidade de vida, é imprescindível destacar a inclusão educacional. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Apesar disso, é notável que existem dificuldades operacionais nesse processo quando se trata de crianças com TEA, tornando necessária a criação de leis específicas (SANTOS, 2011; CUNHA; ZINO; MARTIM, 2015).

Conforme o artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana, Brasil) é direito da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso à educação e ao ensino profissionalizante. O artigo 7º da mesma lei completa que proíbe a recusa de matrícula de criança com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência, sendo punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos (BRASIL, 2012).

Ainda assim, sabe-se que a prática está distante da teoria, já que o sistema de educação brasileiro, seja rede pública ou privado, é muito falho quando se trata de autismo (SANTOMÉ, 2003). De acordo com Alves (2016, p.27), “a inclusão escolar implica em redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, dentre outros. A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania”.

A inclusão educacional da criança com TEA é uma atividade coletiva que não depende apenas da família e dos educadores para que ocorra da melhor maneira no âmbito escolar. Faz-se necessário uma maior aceitação da deficiência por toda sociedade, e sendo fator primordial que as autoridades responsáveis busquem trabalhar com projetos de leis que visam assegurar os direitos das pessoas com autismo, fazendo com que esses projetos sejam colocados de fato em prática no dia a dia social (BOSA, 2006).

Com base nessas informações, a questão problema do presente trabalho é: Como vem sendo realizada a inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA)?

Partiu-se da hipótese de que o professor enfrenta muitas dificuldades para incluir um aluno com TEA na escola e que estas dificuldades em muito estão relacionadas com a formação

inicial que não promove ao professor um conhecimento adequado sobre o tema. Do mesmo modo, suspeita-se que quando o professor, de fato, tem informação adequada sobre o assunto, conseqüentemente, encontra mais possibilidades de realizar a inclusão do aluno com TEA na escola, pois, utiliza meios adequados para promover sua socialização, aprendizagem e interação.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender como a inclusão escolar de uma criança com TEA pode auxiliá-la para um convívio social sem discriminações. Tendo como objetivos específicos: apresentar o conceito do TEA e quais são suas principais características; analisar os avanços e o cenário do trabalho das escolas e suas evoluções em favor da inclusão da criança com TEA; entender, por meio da revisão de literatura, como as atividades realizadas em sala de aula auxiliam na inclusão da criança com TEA.

O presente trabalho se justifica devido ao fato que a criança com TEA apresentar dificuldades de interagir com o outro e a mediação favorece a participação. Com isso, é importante o processo de interação, cabendo ao professor contribuir com a elaboração de estratégias para facilitar essa interação da criança autista no ambiente escolar. A realização deste trabalho se justifica também pelas inúmeras experiências relacionadas à temática pelas quais os estudantes do curso de Pedagogia vivenciam durante a sua formação e por compreender que o professor tem que conhecer quais as metodologias utilizadas para trabalhar com as crianças com TEA e isso passa por uma formação que possibilite ao mesmo as condições necessárias para não só recebê-los em sala de aula, mas capaz de contribuir para que a inclusão escolar se torne possível.

Essa temática reafirma a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, esse estudo será relevante para a prática pedagógica, pois de nada adianta ter um aluno com necessidades educacionais especiais matriculado na escola se não houver pessoas comprometidas, pois este será mais uma das crianças “includas”. Neste sentido, é necessário o empenho da escola e dos professores para garantir o aprendizado a todos.

Espera-se com este estudo contribuir para esclarecer aos profissionais da educação como deve ser pensada a inclusão para a criança com TEA, considerando a formação inicial e continuada como o grande suporte para que a escola seja verdadeiramente inclusiva. Neste sentido, as reflexões relacionadas à criança com TEA e a sugestão de métodos de aprendizagem que irão promover a interação e o desenvolvimento da criança com TEA são as maiores contribuições que podemos apresentar aos leitores desta pesquisa.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada conforme processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico. Foram respeitados os direitos dos autores das literaturas utilizadas neste estudo, conforme determinado na Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma revisão de literatura, fundamentada em livros, artigos científicos e sites confiáveis referentes ao tema abordado.

Fachin (2003), define a revisão de literatura como aquela que diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Foram utilizados artigos científicos encontrados em bancos de dados como: *ScientificElectronic Library Online (SciELO)*, ERIC, Educ@ e Periódicos Portal Capes. Sendo utilizados os seguintes descritores: inclusão escolar, TEA, autismo, professores, infância, educação.

Foram selecionados os trabalhos científicos apropriados ao tema, disponibilizados na língua portuguesa entre os anos de 2002 a 2022. Foram desconsiderados os artigos publicados anteriormente ao ano de 2002, os que não estavam presentes em banco de dados científicos, os que não condiziam com o tema objeto deste trabalho e os que não estavam na língua portuguesa.

Foram encontrados 89 estudos no total de buscas em todas as bases de dados citadas, sendo 30 da *SciELO*, 20 da ERIC, 20 da Educ@ e 19 do Periódicos Portal Capes. Após a leitura de forma cautelosa e crítica dos títulos e resumos, foram selecionados inicialmente 49 estudos observando os critérios de inclusão e exclusão. Destes, 24 foram excluídos, por não somarem a essa revisão e, portanto, estarem enquadrados nos critérios de exclusão. Ao final da seleção, foram inclusos 25 estudos que integram a presente revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma criança “sem deficiência” a entrada na escola gera inúmeras expectativas. No entanto, para uma criança que possui TEA, essa tarefa se torna bem mais difícil, pois envolve interação, comunicação e comportamentos específicos, para um contexto absolutamente novo. Mas, como o TEA tem suas variações, existe uma diversidade de condutas que podem ser reveladas. Portanto, o professor não pode generalizar (ORTEGA, 2009; MENDONÇA, 2013).

A presença do aluno com TEA na escola não é o bastante para apontar uma melhora da qualidade de inclusão. Estar matriculado na escola não quer dizer que este aluno está incluído em seu ambiente e que suas necessidades de aprendizagem estão sendo atendidas (TERRA, 2017).

A criança com TEA deve ser avaliada, analisada e estudada para que, através de suas particularidades, seja repensada uma inclusão efetiva e plena, sem restrições e generalizações, mostrando a educação de qualidade não é só para classes consideradas “normais”, mas para todos independentemente de qualquer fator. A inclusão deve fazer parte de uma sociedade mais humana que contemple a beleza que há nas diferenças (DANTAS; MIRANDA, 2006).

Para haver educação inclusiva é preciso conhecimento, mudança de práticas pedagógicas e postura diante das demandas dos estudantes, em “uma escola inclusiva que propõem um modo de organização educacional que considera as necessidades de todos os alunos” (MANTOAN, 2006, p. 19). Nesta direção, o professor precisa observar atentamente o estudante, independente de laudo.

Segundo Oliveira (2016), as crianças com TEA precisam estar dentro da escola e participarem de toda a programação que ela tem a oferecer. Para isso, o currículo precisa ser adaptado a fim de promover verdadeiramente a inclusão escolar. Essas adaptações devem ser de uma forma que a criança com TEA sintam-se estimulada a querer participar das atividades em grupo e interagir com os demais colegas.

Para que possa conhecê-lo e organizar sua prática de forma que alcance todos, pois cada um tem suas características, sócio cultural, psicológico e cognitivo as quais devem ser levadas em consideração para que haja de fato inclusão. Faz-se ainda necessário conhecer as habilidades que os estudantes possuem e quais precisarão alcançar, motivando-os através das atividades que despertem seu interesse e desenvolva sua aprendizagem.

Uma forma de integrar a criança com TEA na sala é convidá-la a ajudar em pequenas tarefas (como entregar folhas de papel para as demais crianças), uma vez que, essa pequena tarefa poderá trazer grande interação com os demais. Do mesmo modo, as crianças da turma precisarão ser sempre reforçadas a respeitar e ajudar a criança com TEA, para que a mesma possa se sentir acolhida no ambiente escolar (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Nesse modelo inclusivo, a criança com TEA não está sozinha. Por isso, quando ocorrer dispersão da turma, e nesse momento, a professora necessite elevar o seu tom de voz, a fim de conseguir a atenção de todos, é possível que, nesse momento, o aluno com TEA, que possui hipersensibilidade não entenda a elevação do tom da voz da professora e isso poderá lhe causar

algum medo, ao ponto de a criança não querer ficar na sala de aula. Nesse caso é fundamental o professor entender e conhecer seu aluno (OLIVEIRA, 2016).

Já foram desenvolvidos métodos e instrumentos que podem facilitar a aprendizagem do aluno com TEA e, conseqüentemente, seu processo inclusivo. Embora, estes recursos não tenham sido criados, inicialmente, para a escola regular, nada impede que possam ser utilizados em prol da inclusão das crianças com TEA dentro das salas regulares. Aqui destacamos o ABA, o PECS e o TEACCH (GLAT; DUQUE, 2003).

O ABA (Análise Aplicada do Comportamento) trata-se de um método que consiste basicamente em mudar os comportamentos inadequados por comportamentos funcionais positivos. Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012), isso envolve criar oportunidades para que a criança possa aprender e praticar habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja, premiá-la e elogiá-la a cada comportamento realizado de forma adequada.

O método TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*) é um modelo de intervenção que exige toda a estruturação do espaço em prol das aprendizagens. É um modelo de intervenção que, através de uma “estrutura externa, organização de espaço, materiais e atividades, permite que as crianças do espectro autista criem mentalmente “estruturas internas, transformando-as em” estratégias”, para que possam crescer e se desenvolver (FIALHO, 2013).

Outro modelo de intervenção é o sistema de comunicação por Troca de Figuras (PECS), que utiliza a troca de figura para estabelecer a compreensão e acelerar os estímulos. Utilizado como tratamento psicoterápico, este modelo, tem a função de estimular a criança através de exercícios que reprogramam comportamentos para que o cérebro se reorganize para novos aprendizados (MATOS; NUERNBERG, 2011).

O uso de Tecnologias Assistiva (TA) é também de grande importância na educação de estudantes com TEA, porque auxilia na comunicação e desenvolvimento físico, mental e possibilita maior participação e autonomia nas atividades escolares, através de matérias adaptados e recursos tecnológicos previamente estudados de acordo com a dificuldade do estudante para lhe fornece suporte, segurança e melhor desempenho nas aulas (AIELLO, 2002).

Na alfabetização das crianças com TEA, se faz necessário o professor e equipe da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), muita criatividade para estimular a criança e sua aprendizagem e para isso é preciso de adaptação. O uso de materiais concretos e visuais que possam ser inseridos junto à criança age como facilitador desse aprendizado. Além disso, é preciso respeitar as preferências das crianças sobre determinado assunto, que pode estar relacionado a trens, dinossauros, aviões, entre outros. Desse modo de uma maneira interativa

será possível proporcionar o aluno com TEA, um aprendizado prazeroso e positivo (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Segundo Silva et al. (2015), as professoras tentam resolver as dificuldades e mesmo o estudante sendo bem aceito por todos na escola, ainda é precária a prática pedagógica inclusiva porque além de apresentar desconhecimento das especificidades do estudante e de outras práticas capaz de favorecê-lo, ao professor são atribuídas inúmeras funções.

O professor, além de elaborar práticas pedagógicas e as executar, há uma sobrecarga na função do professor, precisa dar conta dos livros, dos projetos solicitados pela rede de ensino, dos temas transversais, das festividades da instituição, dos registros das atividades, da avaliação entre outros atributos que dificulta a inclusão do estudante com TEA (FAVORETTO; LAMÔNICA, 2014).

Ainda que há muitas barreiras quanto à falta de conscientização da importância da inclusão dos estudantes com TEA e do trabalho com qualificação e multiprofissional. Segundo Gesser e Nuernberg (2014), a Educação é um direito de todos e cada vez mais percebemos os benefícios de inserir a criança com TEA, desde a Educação Infantil na escola, onde através da interação entre os pares e da intervenção dos profissionais envolvidos no processo educativo pode potencializar seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula, deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. No entanto, o que é visto nas escolas regulares é a oferta de vagas para inserir essas crianças, mas, não se promove modificações nas práticas pedagógicas. Portanto, não se faz inclusão.

A literatura na área revela de maneira contundente que para melhor atender os alunos com TEA, em suas variadas necessidades faz-se necessário promover diversas adaptações de grande e pequeno porte. Mas, para isso, a formação docente é extremamente necessária.

Enquanto a legislação defende o atendimento educacional especializado, o uso de recursos e a figura de um acompanhante especializado, a inclusão do aluno com TEA vem contando com a presença do cuidador, mas, este nem sempre tem formação especializada e faz o que pode para gerar socialização ou pelo menos garantir a frequência do aluno com TEA, minimizando comportamentos inadequados e melhorando as condições de interação.

A inclusão de crianças com TEA em classes regulares não podem ser sinônimo de matrícula. Faz-se mister que as políticas públicas busquem como primeiro passo dar prioridade a formação adequada e continuada para os professores. Sem esta ação, nenhuma intervenção pedagógica se fará possível. Além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção.

REFERÊNCIAS

AIELLO, A.L.R. Família inclusiva. In: PALHARES, M.S.; MARINS, S.C.F. **Educação Inclusiva**. São Carlos: Ed UFSCaR, 2002.

ALVES, D. E. **O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar**: análise de caso na Escola Professora Ondina Maria Dias, em Tijucas/Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas Instituto de Estudos de Gênero Curso de Especialização - EAD Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2016.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.28, n.01, p.47-53, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CUNHA, I. A. M.; ZINO, N. M. A.; MARTIM, R. C. DE O. **Psicologia**: a inclusão de crianças com espectro autista: a percepção do professor. Monografia. Graduação em Psicologia. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UNISALESIANO, Lins-SP, 2015.

DANTAS, A. P.; MIRANDA, T. G. **A Criança Autista na Escola**: Reflexões sobre o vínculo com o professor. Publicado em 09 nov. 2012. Disponível em: <http://elosautisticos.blogspot.com/2012/11/a-crianca-autista-na-escola-reflexoes.html>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2003.

FAVORETTO, N. C; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimento e Necessidades dos Professores em Relação ao Transtorno do Espectro Autista. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 20, n. 1, p. 103-116, 2014.

FIALHO, J. **Autismo e Inclusão Escolar: O que dizem as leis brasileiras?** Publicado em 20 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.comportese.com/2013/12/autismo-e-inclusao-escolar-o-que-dizem-as-leis-brasileiras>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.34, n.4, p.850-863, 2014.

GLAT, R.; DUQUE, M. A. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: SetteLetras, 2003.

GÓMEZ, A. M. S.; TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural, 2014.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva**. Publicado em 30 jun. 2002. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=89:fundamentos-para-uma-educacao-inclusiva&Itemid=17. Acesso em: 19 jun. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MATTOS, L. K. de; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Ver. Edu.Espec.**, v. 24 n 39, p.129-142, 2011.

MENDONÇA, A. A. dos S. Escola inclusiva: barreiras e desafios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v.1, n.1, p.4-16, 2013.

OLIVEIRA, M. L. S. **Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: Algumas Reflexões**. Trabalho de conclusão de curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.1, p.67-77, 2009.

SANTOMÉ, J. T. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, E. C. Autismo na Perspectiva Inclusiva. **Anais... X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**. Universidade Estadual de Maringá. Julho de 2011. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/x_conpe.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, C. A. da et al. **Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil**. 2015. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/SILVA%3B+SILVA%3B+ASFORA+-+2015.2.pdf/491d6719-5141-442b-8856-59aaabdae37c>. Acesso em: 19 jun. 2022.

TERRA, R. O. **A escola, o autismo e a inclusão:** uma revisão bibliográfica. 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/pedagogia/files/2017/12/A-Escola-o-autismo-e-a-inclus%C3%A3o-Uma-revis%C3%A3o-bibliogr%C3%A1fica.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.